

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 16 - Relaciones de Trabajo y Diálogo Social en América Latina

Título do trabalho:

Diálogo Social na América Latina: a OIT e os Atores do Trabalho

Autores: Elina Gonçalves da Fonte Pessanha¹ (PPGSA/IFCS) ; Karen Artur² (PPGSA/IFCS); Luisa Barbosa Pereira³ (PPGSA/IFCS)

Resumo:

Esse artigo está inserido num projeto de pesquisa em curso que procura perceber as estratégias dos atores sociais na defesa do direito do trabalho e comparar as regulações do trabalho e suas alterações recentes no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. No presente trabalho apresentamos alguns pontos desse projeto de pesquisa considerando três aspectos fundamentais: as experiências de valorização das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); os contextos onde esta valorização ocorre; a percepção dos atores sociais sobre tais experiências e suas estratégias de contestação e/ou reconstrução dos modelos de relações de trabalho nos anos recentes.

¹ Professora doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Coordenadora da pesquisa “Atores do trabalho e estratégias de defesa do direito do trabalho: experiências nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai”, apoiado pela FAPERJ.

² Pós doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Doutoranda em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo expandido

Após a onda de desregulamentação dos direitos do trabalho na América Latina nos anos 1990, diferentes atores sociais ligados ao trabalho têm procurado consolidar uma agenda de reestruturação da legislação laboral. Tal iniciativa frequentemente busca na Organização Internacional do Trabalho (OIT) a mediação de interesses diversos, favoráveis ou não à ampliação do direito do trabalho; o diálogo social; e a consolidação de direitos, a partir da aplicação de suas Convenções e Recomendações.

Criada em 1919, a Organização Internacional do Trabalho nasceu como uma estrutura tripartite, voltada tanto para a humanização do trabalho e para a justiça social quanto para a intermediação do conflito entre capital e trabalho, num momento de grande ebulição social, fruto da Revolução Bolchevique.

Instituída como resultado do Tratado de Versalles, que objetivava a paz mundial no período posterior a Primeira Grande Guerra⁴, sua estrutura baseou-se na composição de patrões, empregados e governos de diversos países do mundo. Sua estruturação é consequência do esforço realizado por diferentes atores sociais, dentre os quais socialistas e intelectuais (FERRERAS, 2011, p. 128). Contudo, segundo Standing (2008), mais do que um instrumento para a efetivação da justiça social, a OIT foi criada como um mecanismo para inserir a economia na sociedade, através da formação de regulados mercados de trabalho nacionais.

Mesmo tendo em sua origem uma concepção eurocentrista⁵, a OIT se consolidou como um importante instrumento de defesa dos direitos trabalhistas e da humanização do trabalho na América Latina, sendo acionada pelos diferentes atores sociais que a compõe: trabalhadores, patrões e Estado.

No Uruguai sua intermediação vem sendo demanda por entidades patronais e classistas. Após a ascensão da *Frente Amplio* no poder, a Central Sindical unitária do país, PIT/CNT, tem exigido a celeridade da Justiça no julgamento de questões relacionadas ao trabalho, e a ampliação de direitos trabalhistas. Por outro lado, os

⁴ Parte XIII do Tratado de Versalles.

⁵ Evidenciada em sua composição, ideologia, estrutura, e mesmo na primeira missão de seu Secretário Geral, o francês Albert Thomas ao Brasil, à Argentina, ao Chile e ao Uruguay. Para mais ver Ferreras (2011)

empresários uruguaios também têm recorrido e sido respaldados pela OIT, contra a lei de negociação coletiva, proposta por governo e entidades classistas. Os empresários e a OIT consideram que tal negociação negligencia o consenso tripartite, um dos pilares fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Os trabalhadores, por outro lado, afirmam que nem sempre é possível chegar ao consenso entre interesses que são fundamentalmente antagônicos, já que manifestam o conflito entre capital e trabalho⁶.

Na Argentina, após a crise de 2001, a *Central de Trabajadores de la Argentina* (CTA) tem avançado nas demandas judiciais e junto à OIT contra o modelo sindical do país. Sentenças judiciais, baseadas em Convenções ratificadas pelo governo Argentino, têm declarado inconstitucionalidade da legislação sindical e por vezes ordena a reincorporação e a reparação de trabalhadores demitidos sem justa causa pelo motivo de terem constituído um sindicato sem “personería gremial”, baseando-se na Convenção 87 da Organização. Tal fato evidencia a importância de tais parâmetros internacionais para a regulação laboral⁷.

No Brasil, atores sociais ligados ao trabalho também buscaram a instauração de dissídios de natureza jurídica com base na convenção 158 da OIT para reverter demissões em massa, pós-crise financeira de 2009 (PESSANHA, ALEMAO, SOARES, 2009). Mesmo tendo sido rejeitada pelo Congresso Nacional em 2011, a Convenção 158 foi considerada um parâmetro legítimo para o impedimento da dispensa imotivada.

Sendo assim, a presente proposta de comunicação procura refletir sobre as experiências de valorização das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na América Latina, os contextos onde esta valorização ocorre, e a percepção dos atores sociais sobre tais experiências, evidenciadas nas entrevistas realizadas pela pesquisa até o presente momento. Esperamos assim, a partir de uma perspectiva comparativa, contribuir com a reflexão a respeito dos direitos trabalhistas na América Latina e o papel da OIT, como um espaço de diálogo social.

⁶ Como indicam as entrevistas realizadas por Karen Artur e Luisa Barbosa Pereira, em março de 2012, para a pesquisa “Atores do trabalho e estratégias de defesa do direito do trabalho: experiências nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai”, apoiado pela FAPERJ e coordenado pela Profa. Dra. Elina Pessanha, do PPGSA/IFCS/UFRJ.

⁷ Como indica pesquisa de Karen Artur (bolsista CNPQ de Pós-Doutorado Júnior no PPGSA/IFCS/URJ) sobre a aplicação de convenções da OIT por juizes em países da América Latina, a qual foi apresentada no último encontro da ABCP.

Referências Bibliográficas

CAPPELLIN, Paola (coord) (2005). *A experiência dos núcleos de promoção de igualdade de oportunidades e combate à discriminação no emprego e na ocupação*. Brasília: OIT.

EVANS, Peter (2010). “Is it Labor’s Turn to Globalize? Twenty-first Century Opportunities and Strategic Responses”. *Global Labour Journal*. Vol. 1: Iss. 3, p. 352-379. Disponível em:
<http://digitalcommons.mcmaster.ca/globallabour/vol1/iss3/3>

FERRERAS, Norbert Osvaldo (2011). “Entre a expansão e a sobrevivência: a viagem de Albert Thomas ao Cone Sul da América”. *Antíteses*, v. 4, n. 7, p. 127-150, jan./jun. 2011. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

GENTILE, Antonia; TARROW, Sidney (2009). “Charles Tilly, globalization and labor’s citizen rights”. *The European Political Science Review*, Vol 1:3, November.

NORONHA, Eduardo G. (1999). *Entre a Lei e a Arbitrariedade: Mercados e Relações de Trabalho no Brasil*. LTR, São Paulo.

PALOMINO, Héctor. (2010), “La instalación de um nuevo régimen de empleo em Argentina: de La precarización a La regulación”. En H. Palomino et al. (director), *La nueva dinámica de las relaciones laborales em La Argentina*. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones.

Peace Treaty of Versailles (1919).

PESSANHA, Elina; ALEMÃO, Ivan; SOARES, José Luiz (2009). “TST, Dissídios Coletivos e Demissão Massiva: Novos Desafios para a Justiça do Trabalho”. In: Coutinho, G.; Melo Filho, H.; Souto Maior, J. L.; Fava, M.. (Org.). *O*

Mundo do Trabalho - Leituras Críticas da Jurisprudência do TST: em Defesa do Direito do trabalho. São Paulo: LTr.

STANDING, Guy. (2008), “The ILO: an agency for globalization?”. *Development and Change*, Ano 39, N. 3, pp. 355-381.

SUPIOT, Alain (2010). *L'Esprit de Philadelphie: La justice social face au marché total.* Paris: Seuil.

TILLY, Charles (1993). *European revolutions, 1492-1992.* Oxford: Cambridge (Mass.): Blackwell.

_____ (1978). *From mobilization to revolution.* Nova York: Random House-McGraw-Hill Publishing Co./Reading (Mass.), Addison Wesley Publishing Co.

THOMPSON, Edward Palmer (1987). *Senhores e Caçadores.* RJ: Paz e Terra.